

Índice

Metaverso, a Internet imersiva do futuro	1
A objeção de consciência dos médicos espanhóis em perigo.....	2
Bento XVI: no casamento homossexual está em jogo a ideia de homem	3
“Desastre”	4

Metaverso, a Internet imersiva do futuro

Ultimamente, o “metaverso” converteu-se no [conceito da moda](#) entre os gurus tecnológicos. Mark Zuckerberg, CEO do Facebook, declarou que, em cinco anos pretende que a sua empresa deixe de ser encarada como uma rede social e [passe a ser considerada](#) uma “empresa do metaverso”. Outras grandes tecnológicas, como a Microsoft, a Sony ou a Apple, também estão a dedicar importantes recursos para este objetivo, e há mesmo os que dizem tê-lo criado já, como as empresas de videojogos Roblox e Epic Games. Mas, o que há por detrás desta palavra? Trará realmente uma mudança significativa às nossas vidas?

Durante a sua comparência no litígio entre a Epic Games e a Apple, Tim Sweeny, líder da primeira, declarou que as práticas da empresa da maçã constituíam um obstáculo para o desenvolvimento do metaverso. Perante o pedido do juiz para esclarecer o que significava essa palavra, salientou que se tratava de “um meio social e de entretenimento em 3D, em tempo real, no qual pessoas reais entrariam juntas numa simulação em 3D e viveriam experiências de todo o tipo”.

Será isto uma definição canónica? Efetivamente, é difícil dizê-lo, pois trata-se de uma realidade ainda bastante vaporosa. Sweeny “varria para casa” ao adaptar o conceito àquilo que a sua empresa perspetiva para o seu produto mais relevante, o Fortnite: passar de um simples jogo, com objetivos definidos e limites espaciais pré-determinados, para algo como um espaço virtual em constante construção, onde os avatares digitais dos utentes participam em experiências similares às da vida real, de maneira livre e não programada. A empresa já deu alguns

passos nesta direção, quando, em 2020, ofereceu um concerto em direto de um famoso *rapper* dentro do jogo, a que assistiram mais de 12 milhões de avatares digitais.

Alguns definem o metaverso simplesmente como o passo seguinte no desenvolvimento da Internet. Na verdade, seria o cumprimento pleno da “rede de comunicação global” imaginada pelos seus promotores; só que desta vez essa comunicação será mais “real”, pois em vez de uma interação passiva e mediada por pequenos ecrãs, o utente mergulharia no mundo digital – através de dispositivos de realidade virtual – ou o construiria juntamente com o real – através da realidade aumentada. De qualquer forma, essa realidade alternativa já não seria objeto de consulta, mas seria experimentada.

Será que é então uma Internet mais “corporizada”, como referiu Mark Zuckerberg? É evidente que a experiência multissensorial será um requisito indispensável, mas não suficiente.

Segundo os teóricos deste fenómeno, [o seu parto total](#) só se poderá concretizar quando se juntem várias características. Em primeiro lugar, a interoperacionalidade; ou seja, que os diversos universos virtuais partilhem um “tecido comum”, de modo que os utentes possam transitar de alguns espaços para outros conservando as suas identidades digitais (e os seus domínios virtuais) sem necessidade de fazer login e sair do login em cada plataforma. Tal como a Internet, o metaverso “real” será *um* ou não será.

Além da “unicidade”, outro requisito fundador do metaverso seria a maior interatividade dos utentes. As declarações de Tim Sweeny sobre o futuro do Fortnite são reveladoras neste aspeto. O que a sua empresa quer para o seu videojogo estrela é precisamente que deixe de ser um videojogo, para se converter

numa plataforma de interação social aberta, onde os “cidadãos” – já não jogadores – participem sozinhos ou acompanhados em diversas experiências, desde espetáculos a simples reuniões sociais.

Para que os utentes não apenas participem, como sejam eles próprios arquitetos da realidade virtual, há quem ache que o metaverso deve ser completamente descentralizado (embora existam plataformas que alojem o conteúdo criado) e ser moldável, graças ao código aberto. A Roblox é [o que mais se parece](#) com isto no que existe atualmente. Trata-se de uma plataforma para PC em forma de mundo virtual onde os utentes – quase 200 milhões ativos todos os meses – podem ir criando diversos jogos ou cenários a que depois acedem todos os outros. Para a construção destes submundos, os utentes utilizam uma linguagem simples de programação disponibilizada pela própria empresa.

A Roblox oferece uma experiência assimilável ao metaverso em vários aspetos, como a continuidade entre os mundos (que permite saltar de um para outro mantendo a identidade do avatar), mas não noutros: não existe uma imersão multissensorial e ainda se trata, basicamente, de um jogo, não de um espaço alternativo para realizar atividades que possam substituir as que fariamos na vida real. Isto é o que os pioneiros do metaverso imaginam: que, cada vez mais, consigamos desenvolver uma parte da nossa vida neste mundo paralelo; que nos desloquemos a um concerto ou visitemos um museu no metaverso, que fiquemos com os amigos por lá, que possamos aprender em escolas virtuais...

Perante a efervescência mediática que está a acontecer em torno do metaverso, já surgiram algumas questões que têm a ver com a ética da vida virtual. Uma delas refere-se ao controlo deste meio para que se cumpram leis de convivência mínimas.

Os defensores da sua total descentralização no criar e no usar, pretendem limitar o excessivo poder das grandes plataformas. A Internet, afirmam, converteu-se na coutada privada de poucas empresas com uma grande capacidade para recolher dados pessoais e “orientar” a nossa navegação. Isto não deveria acontecer com o metaverso.

Todavia, o que se passa com a autoridade pública? Como garantir o “Estado de Direito” neste novo mundo sem fronteiras, e que autoridade nacional ou internacional deveria assumir o comando? Que responsabilidade deveria recair sobre a pessoa real que se encontra por detrás dos avatares digitais se estes incorrerem em comportamentos inapropriados? Como vigiar para que os menores não cedam a conteúdos prejudiciais nesta realidade paralela?

Por outro lado, se – tal como se espera – a experiência for assim tão imersiva, não poderia provocar um [afastamento da vida real](#) nalgumas pessoas, ou aumentar a super estimulação a que se encontram submetidos os menores, de acordo com muitos educadores?

Embora pareça que o desenvolvimento do metaverso será paulatino e lento, [já há quem tenha feito soar a voz de alarme](#). Como diz o ditado, é melhor prevenir do que remediar.

F. R.-B.

A objeção de consciência dos médicos espanhóis em perigo

A liberdade do indivíduo para não ser obrigado a atuar contra o que entende como bom e correto, é “marca identitária” nos sistemas democráticos. Em Espanha, foi assim até há pouco tempo, mas a nova lei da eutanásia e a reforma *in pectore* da lei do aborto de 2010, podem constituir uma importante restrição dessa prerrogativa.

Em relação à primeira legislação – a da [eutanásia](#) (“Aceprensa”, 23.6.2021) – o direito à objeção de consciência fica afetado como dano colateral, não expresso. O artigo 16 reconhece que os profissionais de saúde “poderão exercer o seu direito à objeção de consciência”, fruto da sua decisão individual. Até aqui tudo bem. O “mas” viria no ponto seguinte, ao estabelecer que as autoridades de saúde irão elaborar uma lista dos objetores para poder “garantir que seja gerida adequadamente a prestação de ajuda para morrer”. Por outras palavras: para saber com quem contam e com quem não, algo que evoca ao de leve as listas de adesão tão caras aos regimes autocráticos, que premeiam ou castigam de acordo com a “incondicionalidade” que manifestem os interpelados.

Para as organizações dos médicos, tanto a lei, como o aspeto pontual da lista de objetores, têm problemas de fundo. Em primeiro lugar, os profissionais de saúde queixam-se de que a sua participação no processo de nascimento da lei foi “nula”. “Não se contou com os profissionais, nem com a opinião dos médicos e enfermeiros”, disse o Dr. Tomás Cobo, presidente do Consejo General de Colegios Oficiales de Médicos (CGCOM). A legislação da eutanásia, salientou, é “ultra rápida, precipitada e excessivamente burocrática, não tendo em conta a prática da assistência”.

Sobre o registo de objetores, Juan J. Rodríguez Sendín, presidente da Comissão Central de Deontologia Médica da Organización Médica Colegial, salienta que “pode vir a ser uma obrigação que distorce, geradora de conflitos desnecessários. Criará problemas e dúvidas, obrigando muitos profissionais a recorrerem à objeção de consciência, quando é improvável que se vejam na situação efetiva de ter de fazê-lo” (“Diario Médico”, 27.6.2021).

Para Natividad Laín, presidente do Colegio de Médicos de Toledo, estar ou não no registo [pode ser decisivo](#) para o acesso e a permanência num posto de trabalho: “Se (as administrações) tiverem de garantir uma prestação num centro de saúde, onde em dois médicos que lá se encontram somente um faz a eutanásia, e ambos terminam o contrato, quem vai ser contratado? Pode ser uma posição de privilégio”.

Outra frente de batalha para a objeção de consciência é a reforma da lei do aborto, com a qual o governo do PSOE e do Unidas Podemos (UP) adota uma posição ainda mais desafiadora dos profissionais médicos.

A bandeira é erguida pelo Ministério da Igualdade, à frente do qual está Irene Montero (UP). [A legislação em preparação](#) propõe-se erradicar os três dias de reflexão de que dispõe a mulher antes de submeter-se a um aborto, penalizará a atividade dissuasora das organizações pró-vida nas proximidades das clínicas pró-aborto e eliminará o requisito do consentimento paterno para que as raparigas de 16 a 18 anos que desejem abortar possam fazê-lo.

Quanto à objeção de consciência, Irene Montero calcula que é “imprescindível” regulá-la – isso já acontece na lei de 2010 –, porque “esse direito [dos profissionais de saúde] não pode estar acima do direito das mulheres decidirem sobre os seus próprios corpos”.

O CGCOM recordou à jovem ministra que a objeção é uma prerrogativa a que podem recorrer os profissionais do setor, a quem não cabe, no plano pessoal, responder pelas insuficiências do sistema em determinado contexto.

“Dificultar o exercício do direito de objeção de consciência pelas normas ou pelas instruções regulamentares é inapropriado, mas também é particularmente injusto. Coloca os médicos como alvo da contrariedade dos doentes e de setores da sociedade, quando não são culpados, e quando as oportunidades de solucionar as coisas têm a ver com outros”, salientam os membros do CGCOM.

A [resolução 1763 \(2010\)](#) do Conselho da Europa valida o direito à objeção de consciência no âmbito da medicina. “Nenhuma pessoa, hospital ou instituição será obrigada, discriminada ou lhe serão exigidas quaisquer responsabilidades pela recusa a efetuar (...) um aborto (...), uma eutanásia ou qualquer outro ato que cause a morte de um feto humano ou de um embrião, seja qual for o motivo”.

Mas a ânsia de querer obrigar os médicos a sujeitarem-se às agendas ideológicas do momento não é exclusivo da extrema-esquerda espanhola. Isso foi constatado no Parlamento Europeu (PE), onde a [proposta](#) do deputado croata Predrag F. Matic de restringir a recusa a praticar abortos teve a aprovação do hemiciclo (378 contra 255 votos).

Deve precisar-se que as resoluções do PE não têm força de lei para os Estados membros, mas não se esqueça que, para alguns governos, servirá de precedente a seu favor aquilo que

tiver sido votado pela maioria dos membros de uma instituição comunitária.

Contudo, as pressões não apenas se sentem dentro das fronteiras da União Europeia. A Associação Médica Mundial (AMM) [anunciou uma revisão](#) do Código Internacional de Ética Médica para, através de uma “tímida” modificação, empurrar os médicos objetores a terem de participar de modo indireto naquilo que recusam.

Até agora, o Código dizia que podia admitir-se a objeção de consciência do médico se isso não implicasse uma discriminação contra o doente, se não se pusesse em risco a sua saúde e se fosse assegurada uma assistência ininterrupta. A mudança ficaria a partir de agora na menção ([parágrafo 27](#)) a esse atendimento ininterrupto... que o objetor terá de garantir ao paciente através de um rápido encaminhamento para outro médico que efetue o procedimento.

Consultado sobre este tema por [“BioEdge”](#), o Dr. David A. Jones, diretor do Anscombe Bioethics Centre, do Reino Unido, argumenta: “Se um médico recusa conscientemente participar na aplicação de torturas ou da pena de morte, ou alimentar pela força um prisioneiro em greve da fome, não estará de acordo com os seus princípios ter de encontrar alguém com menos escrúpulos que o faça por ele. Exigir a um objetor que facilite o encaminhamento para que outro execute o procedimento que ele recusa, é um ataque direto à consciência da pessoa e à sua integridade moral, e constitui um grave dano para ela”.

Pode adivinhar-se que a esperança de Montero, Matic *et al.* é, precisamente, que o medo de perder o posto de trabalho ou de ser processado judicialmente, venha a ultrapassar esses escrúpulos. Mas haverá sempre inconformados.

Os tribunais vão ter trabalho.

L. L.

Bento XVI: no casamento homossexual está em jogo a ideia de homem

Num novo livro que recolhe textos sobre a Europa, Bento XVI refere-se às mudanças na conceção da sexualidade que levaram a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A introdução do livro, publicado em italiano, foi [adiantada pelo diário “Il Foglio”](#) (16.9.2021).

No livro, intitulado “La vera Europa. Identità e missione” e com prólogo do Papa Francisco, Bento XVI observa que “o conceito

de casamento homossexual está em contradição com todas as culturas da humanidade que se sucederam até hoje”. Reconhece que as diferentes culturas tiveram várias concepções jurídicas e morais do casamento e da família. Mas, acima dessas diferenças, nunca se pôs em dúvida que “a existência do ser humano – como homem e mulher – está ordenada para procriar, nem o facto de que a comunidade de homem e mulher e a abertura à transmissão da vida determinam a essência do que se chama casamento”. Estamos perante “uma certeza original que até agora foi algo de óbvio para a humanidade”.

O Papa emérito pensa que a distorsão desta certeza começou com a invenção da pílula contraceptiva e a possibilidade de separar a fertilidade e a sexualidade. “Esta separação significa, de facto, que deste modo todas as formas de sexualidade ficam equiparadas. Não existe já nenhum critério de fundo”. Esta mensagem transformou as consciências dos homens, a princípio lentamente e, depois, cada vez mais claramente.

“Se a sexualidade se separa da fecundidade, inversamente também a fecundidade pode ser pensada sem a sexualidade”, continua Bento XVI. A procriação exige então “um plano para produzir o ser humano racionalmente”. Assim, os seres humanos já não são “gerados e concebidos, mas feitos”, o que significa que a pessoa humana “não é já um dom recebido, mas um produto planificado por nós”.

O “casamento homossexual”, continua Bento XVI, não será uma questão de se ser “um pouco mais aberto e tolerante. A pergunta de fundo é mais: o que é o homem?”. Surge aí a encruzilhada: “ou o homem é criatura de Deus, imagem de Deus e dom de Deus, ou é um produto que ele próprio sabe criar”.

Por último, recorda que “o movimento ecologista descobriu o limite do que se pode fazer e reconheceu que a natureza estabelece para nós uma medida que não podemos ignorar”. “Também o homem possui uma ‘natureza’ que lhe foi dada, e violentá-la ou negá-la vai conduzir à autodestruição. Disto se trata também no caso da criação do ser humano como homem e mulher, algo que se ignora no postulado do casamento homossexual”.

Por isso, a aceitação do “casamento homossexual” constitui uma “deformação da consciência que é evidente ter penetrado profundamente em setores do povo católico”.

“Desastre”

“Doom”

Autores: Niall Ferguson
Debate. Barcelona (2021)
640 págs.

O historiador Niall Ferguson publicou um livro enciclopédico, no qual, como sempre, combina de um modo magistral a história com a atualidade. Não é uma obra exclusivamente de história, porque utiliza um acontecimento atual, a pandemia, como ponto de partida para desenvolver as suas reflexões históricas, geopolíticas e mesmo económicas. Apresenta uma profusão de dados, embora não o faça por ânsia erudita, mas ao serviço das teses do ensaio. Os exemplos do passado refletem o propósito do historiador de recordar aos atuais gestores das catástrofes, os ensinamentos que se deve extrair de acontecimentos anteriores. Mas, no fundo, tem dúvidas de que o façam. Nas pandemias, é frequente que o vírus contamine não apenas os corpos, como também as almas.

Ferguson escolhe três animais como símbolos das catástrofes. O rinoceronte cinzento é o desastre que se vê a chegar e que chega inexoravelmente tarde ou cedo. O cisne negro é o mais inesperado. Por último, o rei dragão é a catástrofe perfeita, a mais devastadora, que deixa uma marca perdurável. A pandemia da Covid-19 pertence à primeira categoria, na sua opinião. Mais controversas são as suas análises sobre a responsabilidade dos políticos. Pensa que Barack Obama não teria feito melhor do que Donald Trump, ou que os anteriores primeiros-ministros conservadores britânicos tão-pouco teriam tomado decisões mais acertadas do que Boris Johnson. Atribui os erros de gestão à burocracia e aos níveis intermédios da cadeia de comando, que são, em última análise, os assessores dos políticos, por muito populistas que sejam.

Os especialistas gostariam de planificar tudo, mas, segundo Niall Ferguson, as catástrofes são intrinsecamente imprevisíveis, incluindo as atribuídas ao homem, como a mudança climática que, evidentemente, Ferguson não nega, mas contra a qual não considera que seja prioritário lutar. O importante hoje é centrar-se na pandemia. Considera que o melhor modelo de gestão de uma crise foi o efetuado por Dwight Eisenhower durante a gripe asiática de 1957. O presidente norte-americano preconizou a imunidade de grupo e a vacinação seletiva, mas não declarou o estado de emergência, nem endividou o país, nem ordenou confinamentos em massa. O problema é que os norte-americanos de hoje têm menos tolerância ao risco do que os de então.

Embora não esteja diretamente relacionado com as catástrofes naturais, um dos temas mais interessantes abordados no livro tem a ver com a atual “segunda guerra fria” entre a China e os Estados Unidos. O perigo é que, por um erro de cálculo, se

transforme em guerra quente, nomeadamente, por causa de um ataque chinês contra Taiwan e a consequente reação por parte de Washington. Uma falha de cálculo, como foi a dos alemães ao invadirem a Bélgica em 1914, ou a Polónia em 1939, pode provocar uma tremenda catástrofe.

A. R. R.

